



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**
Ata da 61ª reunião, realizada em 23 de junho de 2021

1 Em 23 de junho de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
4 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram
5 os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Antônio Augusto Melo
6 Malard, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Verônica
7 Ildefonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Marianna
8 Reis Victoria, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);
9 Felipe Dutra de Resende, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
10 (Seinfra); Juliana Ordones Rego, do Conselho Regional de Biologia (CRBio) - 4ª
11 Região; Junio Augusto dos Santos Silva, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e
12 dos Recursos Naturais Renováveis em Minas Gerais (Ibama); Emílio Elias Mouchrek
13 Filho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea).
14 Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das
15 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Adriano Nascimento Manetta, da
16 Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Luiz Gustavo Nunes Vieira
17 da Silva, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Edson Valgas de
18 Paiva, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Leandro
19 Eustáquio, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais (OAB);
20 Alexandre Túlio Amaral Nascimento, da Universidade do Estado de Minas Gerais
21 (Uemg). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
22 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Antônio
23 Augusto Melo Malard declarou aberta a 61ª reunião da Câmara de Proteção à
24 Biodiversidade e de Áreas Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS**
25 **E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Leandro Eustáquio: “Senhor presidente, há
26 umas três reuniões, eu perguntei ao então presidente da reunião, nosso colega
27 Cláudio, que, inclusive, recebeu uma menção honrosa pelos trabalhos prestados, a
28 respeito de algum sistema de transparência em relação aos recursos destinados
29 para, dentre outras coisas, regularização fundiária tanto para compensação
30 ambiental, seja de supressão de Mata Atlântica, seja de empreendimento minerário,
31 assuntos muito pautados aqui. Ele respondeu que haveria alguma coisa nesse
32 sentido, e acabou que isso ficou perdido, eu fiquei sem resposta. Se o senhor puder
33 me falar se existe algum sistema, se está sendo implementado, para que nós
34 conselheiros e toda a sociedade mineira e brasileira saibamos da destinação dos
35 recursos da compensação ambiental, eu fico agradecido. Aproveitando ainda, na
36 reunião passada, foi anunciada a premiação Natureza Gerais, em que os
37 conselheiros do Plenário do COPAM têm a oportunidade de indicar algumas boas

38 práticas ambientais. Eu não encontrei o edital da edição atual desse prêmio. Se o
39 senhor puder me informar também, eu fico agradecido.” Presidente Antônio Augusto
40 Melo Malard: “Hoje nós temos na IDE uma camada referente à regularização
41 fundiária, mas daquilo que já é de posse do IEF. Nós vimos trabalhando – claro que
42 não é algo simples – na disponibilização também de outras camadas. Infelizmente,
43 hoje nós temos um passivo ainda bem extenso em relação à regularização fundiária,
44 são cerca de 400 mil hectares. Nós também podemos colocar o que não está na
45 IDE, o que existe de passivo em relação à regularização fundiária dentro das
46 unidades de conservação. E aí nós falamos das unidades de conservação de
47 proteção integral. Eu não sei exatamente o que o Cláudio, à época, mencionou, mas
48 o que nós temos hoje disponível é isso. Não é bem um sistema, são informações
49 que são disponibilizadas na IDE. E em relação à utilização de recursos da
50 compensação é o que sempre trazemos aqui, a compensação minerária precisa ser
51 aprovada pelo COPAM. Então, dentro de alguns requisitos, nós trazemos aqui para
52 deliberação. E em breve também, conselheiro, nós vamos editar uma portaria
53 referente à compensação minerária, estabelecendo também todos os fluxos de
54 como os recursos são utilizados, quais são as prioridades, assim como a portaria de
55 desapropriação, que foi publicada recentemente. Nós podemos também
56 disponibilizar essa portaria, que estabelece também as prioridades para
57 desapropriação de áreas de interesse dos proprietários. Então hoje já tem também
58 esse regramento recém-publicado. Se eu não me engano, tem cerca de um mês a
59 sua publicação. Nós podemos disponibilizar para o senhor e para todos os demais
60 conselheiros. Sobre a premiação, eu creio que o edital esteja no site da SEMAD.
61 Nós podemos verificar, estou vendo aqui com a Secretária Executiva, de
62 encaminhar para os senhores o link. Durante a reunião mesmo, nós colocaremos.
63 O edital está no site. Vamos colocar no chat o endereço certinho, mas está no site,
64 assim como a apresentação que foi feita na reunião do Plenário. Então, no decorrer
65 da reunião, nós colocamos por aqui.” Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “Só
66 para dar uma boa notícia, que a segunda turma para o curso de capacitação dos
67 conselheiros já está aberta. Eu vou colocar no chat, se alguém tiver alguma dúvida,
68 para entrar em contato conosco: assoc@meioambiente.mg.gov.br. E também nós
69 temos no menu COPAM o submenu ‘curso de capacitação dos conselheiros’. Lá
70 também tem todos os dados. É a última oportunidade para aqueles que não fizeram
71 o curso poderem se inscrever para receber login e senha para participação. O
72 segundo curso, logo após essa turma, já vamos inserir o curso prático e, a partir
73 disso, temáticas com cada unidade colegiada. Então reforçar a importância de os
74 conselheiros estarem realizando. Nós tivemos uma baixa adesão até o momento.
75 Então eu venho aqui reforçar a importância de estarem realizando. O curso foi feito
76 de uma forma bem gostosa de ser feito, colocamos dois mascotes que interagem
77 com os conselheiros durante o curso. Vale a pena entrar, vale a pena fazer e vale a
78 pena, no final da leitura de cada módulo, realizar o exercício avaliativo e, alcançando
79 70% de assimilação desse conteúdo, fazer o download do certificado e arquivar esse
80 certificado. Nós esperamos que até o final do mandato vocês possam ter emitido

81 vários certificados de capacitação para as reuniões do Conselho Estadual de
82 Política Ambiental.” **4) EXAME DA ATA DA 60ª REUNIÃO.** Aprovada por
83 unanimidade a ata da 60ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de
84 Áreas Protegidas, realizada em 9 de junho de 2021. Votos favoráveis: Segov,
85 Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Ausência:
86 Sede. **5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO**
87 **AMBIENTAL CONFORME POA 2021. 5.1) Eduardo Zawadzki. Fazenda Nina I.**
88 **Culturas anuais, excluindo a olericultura. Buritis/MG. PA 21793/2012/001/2014,**
89 **SEI 2100.01.0028714/2021-55. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF.**
90 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.
91 Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,
92 Relictos, OAB e Uemg. Destaques da votação. Conselheiro Thiago Rodrigues
93 Cavalcanti: “Voto favorável. Apenas registrando, como de costume, a discordância
94 da Fiemg na dupla marcação da supressão de vegetação nos itens 5.1, 5.2, 5.4, 5.6,
95 5.7 e 5.8.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Voto favorável com as
96 mesmas divergências pela dupla marcação da supressão de vegetação apontadas
97 pelo conselheiro da Fiemg.” **5.2) André Luiz Cortêz Martins e Outros. Complexo**
98 **Boa Esperança. Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e**
99 **cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; barragem de irrigação ou de**
100 **perenização para agricultura; criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares,**
101 **ovinos e caprinos, em regime extensivo; beneficiamento primário de produtos**
102 **agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento,**
103 **classificação e/ou tratamento de sementes; postos revendedores, postos ou**
104 **pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos**
105 **flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de**
106 **aviação. Nova Ponte/MG. PA 24684/2014/001/2015, SEI 2100.01.0046998/2020-**
107 **23. Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por
108 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
109 CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.3) EMFX**
110 **Mineração Ltda. Fazenda Extrema ou Cuba. Lavra a céu aberto sem tratamento**
111 **ou com tratamento a seco, minerais metálicos, exceto minério de ferro;**
112 **Unidade de Tratamento de Minerais - UTM; obras de infraestrutura (pátios de**
113 **resíduos e produtos e oficinas); pilhas de rejeito/estéril; estradas para**
114 **transporte de minério/estéril. Resende Costa/MG. PA 00312/1995/006/2014, SEI**
115 **2100.01.0030965/2021-97. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação
116 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
117 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,
118 OAB e Uemg. **5.4) Minasligas S/A. Fazenda Cocal. Criação de ovinos, caprinos,**
119 **bovinos de corte e búfalos de corte; criação de equinos, muares, ovinos,**
120 **caprinos, bovinos de corte e búfalos (confinados); barragem de irrigação ou**
121 **de perenização para agricultura sem deslocamento de população atingida;**
122 **extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil. João**
123 **Pinheiro/MG. PA 90007/2002/003/2018, SEI 2100.01.0000109/2021-76. Classe 3.**

124 **Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
125 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio,
126 Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.5) MIG - Mineração**
127 **Guanhães Ltda. Lavra a céu aberto, minério de ferro (produção bruta: 300.000**
128 **ton/ano); pilha de rejeito/estéril, minério de ferro (área útil: 4,86 ha); Unidade**
129 **de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a úmido (produção bruta:**
130 **300.000 ton/ano). Guanhães/MG. PA 11719/2012/001/2013, SEI**
131 **2100.01.0005799/2021-94. Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF.** Processo
132 retirado de pauta com pedido de vista da OAB. Justificativa. Conselheiro Leandro
133 Eustáquio: “Justificando meu pedido, há um mandado de segurança impetrado pela
134 própria MIG, em Goiás, discutindo a declaração de conformidade, que ainda não foi
135 concedida. A liminar foi concedida nesse sentido para que o município se manifeste.
136 Essa liminar foi da semana passada. Então justificando meu pedido de vista.” **5.6)**
137 **Empreendimentos Casa Grande Ltda. Fazenda Jiboia, Buritizinho, Vereda**
138 **Tropical e Almas. Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalo de**
139 **corte (extensivo); culturas anuais excluindo a olericultura. Uruana de**
140 **Minas/MG. PA 00243/2008/002/2014, SEI 2100.01.0026591/2021-49. Classe 3.**
141 **Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
142 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio,
143 Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.7) Dimasa S/A. Fazenda**
144 **Umburana. Culturas anuais, excluindo a olericultura; criação de ovinos,**
145 **caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo); avicultura de corte**
146 **e reprodução; criação de equinos, muares, ovinos, caprinos, bovinos de corte**
147 **e búfalos de corte; comércio e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos,**
148 **veterinários e afins; postos revendedores, postos ou pontos de**
149 **abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de**
150 **combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Buritis/MG.**
151 **PA 01685/2010/001/2016, SEI 2100.01.0011494/2021-74. Classe 5.**
152 **Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
153 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio,
154 Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.8) Agropecuária São**
155 **Gotardo Ltda. Culturas anuais, excluindo a olericultura; horticultura;**
156 **cafeicultura; culturas perenes; beneficiamento primário de produtos**
157 **agrícolas; barragem de irrigação. Rio Paranaíba e São Gotardo/MG. PA**
158 **02727/2004/003/2016, SEI 2100.01.0058026/2020-57. Classe 3. Apresentação:**
159 **GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
160 Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg,
161 CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.9) Magno Ribeiro Caetano e Outras.**
162 **Fazenda Jardim. Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e**
163 **cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; avicultura; criação de**
164 **bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo.**
165 **Unaí/MG. PA 09457/2011/001/2018, SEI 2100.01.0028005/2021-89. Classe 4.**
166 **Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade

167 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio,
168 Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.10) Galba Vieira**
169 **Cordeiro Júnior e Outros. Fazenda Santo Aurélio. Culturas anuais, excluindo**
170 **olericultura; criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte;**
171 **criação de equinos, muares, ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de**
172 **corte; beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem,**
173 **secagem, descascamento e classificação; canais para irrigação;**
174 **armazenamento de grãos e sementes. Paracatu/MG. PA 03581/2006/005/2017,**
175 **SEI 2100.01.0055798/2020-73. Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF.**
176 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.
177 Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,
178 Relictos, OAB e Uemg. Destaque realizado antes da votação do processo. Tobias
179 Tiago Pinto Vieira/Movimento Verde de Paracatu (Mover): “Bom dia a todos, bom
180 dia, presidente, bom dia, alguns conhecidos que estão por aí. Com muita satisfação,
181 com muito respeito, venho aqui hoje, mais uma vez, me manifestar sobre a
182 destinação dos recursos. Nós já tivemos conversas anteriores para que esses
183 recursos oriundos de empreendimentos da Bacia do Paracatu sejam revertidos para
184 ações concretas na nossa região e na nossa bacia. Nós sabemos, aqui em Paracatu,
185 que nós temos um problema sério de abastecimento de água. O manancial que
186 abastece a cidade já não comporta mais a cidade. A cidade, infelizmente, já está
187 passando por problemas, de novo, semelhantes a 2017, quando nós ficamos três
188 meses e meio sem água na cidade. Dias tinha água em um lugar, dias não tinha, e
189 começou a abastecer os bairros de periferia com caminhão pipa. Então é uma
190 situação muito delicada. E o parque estadual existente em Paracatu protege esses
191 mananciais. É muito importante frisar isso, que temos um parque aqui em Paracatu,
192 mas também tem o entendimento que a lei orçamentária veda a destinação dos
193 recursos para as unidades de conservação existentes quando o empreendimento
194 não afeta diretamente a unidade. Então eu entendo. Como representante da
195 sociedade civil organizada, membro do Comitê de Bacia, membro do Movimento
196 Verde de Paracatu, eu entendo que é meu papel vir aqui, mais uma vez, falar disso,
197 falar que essa destinação precisa acontecer para ações concisas no parque. Em
198 conversa com a equipe do IEF que gerencia o parque, nós entendemos que ainda
199 há o que fazer no parque, o recurso está vindo, ainda assim, carece de recurso.
200 Então é nesse sentido que eu venho solicitando aos senhores para alterar o item
201 3.3 do parecer, que prevê o direcionamento do recurso para regularização fundiária
202 sabe-se lá de onde, para ações do plano de manejo, bens e serviços, com 30%,
203 estudo para criação de novas unidades, desenvolvimento de pesquisas de unidade
204 de conservação, também sabe-se lá onde. Então esse recurso, ao invés de ser do
205 item do Galba, do 5.10, ao invés de ser destinado de forma generalizada ao caixa
206 do IEF, ser minimamente destinado ao Parque de Paracatu. Eu não estou falando
207 de 100%, estou falando de pelo menos parte. Trazer isso para aqui. E se a resposta
208 dos senhores for de forma negativa dizendo ‘Tobias, não vai ser possível pela lei
209 orçamentária’ está na hora de estarmos discutindo, no âmbito do Conselho – eu sou

210 conselheiro também, muitas pessoas me conhecem –, está na hora de discutirmos
211 a criação do Fundo Estadual de Meio Ambiente, um fundo que vai receber esse
212 recurso fora do caixa único, e que nós possamos, enquanto Conselho, destinar
213 conforme a demanda da população, a demanda das nossas unidades de
214 conservação. Está na hora de evoluirmos isso. Então peço, encarecidamente, para
215 que os conselheiros modifiquem o item 3.3 do parecer, destinando esse recurso
216 para a unidade de Paracatu. Não estou falando para a propriedade rural, estou
217 falando para destinar para a unidade de Paracatu, para o parque estadual. E, se
218 caso não for possível, já começemos a discutir, a evoluir a discussão do nosso
219 Fundo Estadual, o tão sonhado Fundo Estadual de Meio Ambiente, para, de fato,
220 destinar isso sem cair no caixa único do Estado e acontecer o que vemos acontecer.
221 Agradeço a oportunidade a todo mundo. Presidente, eu tenho grande respeito pelo
222 Conselho, você sabe muito bem disso. E mais uma vez entendo o papel do Conselho
223 e fico muito grato de ter essa oportunidade. Um abraço. Obrigado.” Presidente
224 Antônio Augusto Melo Malard: “Nós que agradecemos, Sr. Tobias. Já tivemos
225 algumas conversas em relação a isso, o tema é de extrema relevância. O Fundo,
226 sem sombra de dúvidas, é um ponto importante o qual nós estamos estudando. É
227 claro que é algo que não envolve somente o IEF, é algo que depende também de
228 uma lei. Então precisaria ser um anteprojeto ou uma proposta de algum parlamentar
229 para que avançasse em relação ao Fundo. Em relação aos recursos da
230 compensação, eles não vão para um caixa do IEF, mas entram no caixa do Estado,
231 e hoje é sabido de todas as dificuldades financeiras que o Estado enfrenta. O
232 governador Zema tem feito um trabalho muito intenso para colocar as contas em
233 dia, tem conseguido melhorar e muito a situação, mesmo diante de todos os
234 obstáculos desde que assumiu a sua gestão. Então, por conta de algumas questões
235 e desses problemas, infelizmente, não conseguimos executar da maneira como
236 seria o ideal, e dessa forma o Fundo entraria para suprir, de alguma forma, essas
237 carências. Mas que não é algo fácil, Tobias, nós vimos estudando e já conversamos
238 algumas vezes, para que possamos avançar em relação a isso. Quanto aos
239 recursos para o Parque de Paracatu, todo ano tem o POA, onde são estabelecidos
240 todos os regramentos, principalmente em relação àquelas unidades que são
241 diretamente afetadas. Eu vou passar a palavra para a nossa gerente Renata. Essa
242 unidade não está diretamente afetada pelo empreendimento, então por isso não
243 faria jus a esses recursos. Em relação a Paracatu, uma boa notícia é que foi firmado
244 agora, bem recente – na verdade, acho que na segunda-feira –, um acordo com a
245 Kinross, com o Ministério Público, para execução de mais de R\$ 4 milhões para
246 estruturação do Parque de Paracatu. Eu trago uma boa notícia para o senhor,
247 Tobias, que finalmente esse acordo foi firmado. Então o parque vai poder contar
248 com boa parte do recurso, além também de pessoal, fora desses R\$ 4 milhões que
249 foram colocados no acordo, além de outras obrigações que a Kinross vai ter que
250 cumprir. Feitos esses primeiros esclarecimentos, eu passo a palavra para a nossa
251 gerente, a Renata.” Renata Lacerda Denucci/IEF: “O presidente Malard colocou
252 muito bem sobre o Fundo. Em relação ao PU, todos os analistas respeitam a

253 distribuição conforme o POA. Então, conforme relato no PU, o Parque de Paracatu
254 não foi diretamente afetado, e nós temos que respeitar as diretrizes do POA. No final
255 do ano, nós teremos a revisão do POA, e nessa oportunidade podemos colocar e
256 compartilhar com vocês as alterações e contribuições necessárias para fazer o POA
257 2022. Todo ano é aprovado aqui, e esse POA 2021 foi deliberado e aprovado nesta
258 Câmara. Nós estamos à disposição, se tiver mais algum questionamento em relação
259 à distribuição.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Sr. Tobias, mais uma vez,
260 eu coloco o IEF a plena disposição para conversarmos, se necessário, novamente,
261 conforme fizemos ano passado. Eu concordo e compartilho da sua preocupação,
262 ela é muito pertinente. Estamos à disposição, não somente eu, a nossa diretora Ana
263 Carolina – da última vez, o Cláudio ainda estava presente – e também a Renata e
264 toda a nossa equipe.” Tobias Tiago Pinto Vieira/Movimento Verde de Paracatu
265 (Mover): “Eu agradeço muito a atenção de você e da gerência. E ao mesmo passo
266 eu gostaria também de dar mais uma cutucada naquela última reunião nossa, que
267 ainda não foi nos dado o retorno solicitado pelo CBH Paracatu. Peço, por gentileza,
268 que o Cláudio reative essa conversa. Não sei por que ainda não tivemos esse
269 retorno.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “O Cláudio saiu do IEF. Nós
270 estamos com nova diretora tem mais ou menos dois meses. Talvez até por isso. Eu
271 peço até que o senhor encaminhe para a Ana Carolina. Vamos colocar no chat o e-
272 mail dela.” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva: “Senhor presidente, eu
273 gostaria que a fala do Tobias entrasse na ata, completa, porque nós iremos revisar
274 o POA, e a sugestão dele seria importante incluímos. Mesmo que a unidade de
275 conservação não esteja diretamente afetada, é importante revisar o POA
276 direcionando recurso, mesmo que esteja na sub-bacia ou no município o recurso.”
277 **5.11) Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Alcool Ltda. Fabricação de**
278 **açúcar e/ou destilação de álcool; sistema de geração de energia termelétrica**
279 **utilizando combustível não fóssil; postos revendedores, postos ou pontos de**
280 **abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de**
281 **combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. João**
282 **Pinheiro/MG. PA 00383/2004/008/2015, SEI 2100.01.0065340/2020-71. Classe 4.**
283 **Apresentação: GCARF/IEF.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da
284 Fiemg. Justificativa. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu vou pedir vista
285 para avaliação de alguns impactos.” **5.12) Mineração Morro do Ipê S/A. Lavra a**
286 **céu aberto sem tratamento. Brumadinho/MG. PA 02194/2004/009/2009, SEI**
287 **2100.01.0049296/2020-57. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação
288 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
289 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,
290 OAB e Uemg. **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
291 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE**
292 **EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS. 6.1) Fhae Mineração Ltda. Lavra a céu**
293 **aberto. Rochas ornamentais e de revestimento. Botumirim/MG. Daia 0038056-**
294 **D, PA 08050000420/19, SEI 2100.01.0043864/2020-57, ANM 833.312/2004.**
295 **Classe 2. Apresentação: Regional Norte.** Compensação ambiental aprovada por

296 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
297 CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **6.2) Pedreira**
298 **Irmãos Machado Ltda. Extração de rocha para produção de britas. Ouro**
299 **Preto/MG. PA 00308/1995/023/2016, Daia 54/2020, SEI 2100.01.0036883/2020-**
300 **73, ANM 43.306/56. Classe 4. Apresentação: Regional Norte.** Compensação
301 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
302 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,
303 OAB e Uemg. **6.3) Vale S/A. Ampliação da Mina de Fazendão. Lavra a céu**
304 **aberto; pilhas de rejeito. Catas Altas e Mariana/MG. PA 00312/1996/045/2015,**
305 **SEI 2100.01.0059991/2020-61, ANM 203/2005. Classe 6. Apresentação:**
306 **Regional Metropolitana.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos
307 termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Crea,
308 Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Abstenção: Ibama. Justificativa de
309 abstenção. Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “Abstenção em função de
310 que esse processo específico está ainda em análise em relação a anuência para
311 supressão de Mata Atlântica.” Destaque realizado antes da votação do processo.
312 Conselheiro Leandro Eustáquio: “A Vale pretende fazer compensação ambiental por
313 meio de doação de 48,07 hectares no Parque Nacional da Serra do Gandarela,
314 unidade de conservação federal gerida pelo ICMBio. Me parece que há um problema
315 em relação à homologação da doação por parte do ICMBio. Se esse problema, de
316 fato, não for um problema individual do empreendimento, não apenas, se for um
317 problema da homologação da doação pelo ICMBio, haveria uma norma – eu
318 desconheço, estou falando aqui em hipótese – que estaria sendo revista por parte
319 do ICMBio, e por isso não aconteceria, não acontece, não vai acontecer a
320 homologação. Se o empreendedor firmar o termo de compromisso do jeito que
321 pretende, ele corre o risco, se a homologação não for feita, de ser autuado, inclusive,
322 pelo descumprimento do termo de compromisso que assumiu. Fica esse destaque,
323 um alerta para o próprio empreendedor, verificar isso por parte do ICMBio, da
324 homologação ou não. Se não for homologado, embora ele pretenda fazer. Eu sei
325 que isso fica a bel-prazer do empreendedor na escolha da área, todos nós sabemos,
326 mas acho que eu consegui justificar o meu destaque.” Leonardo Diniz Reis
327 Silva/IEF: “Em relação não só a esse processo, mas temos recebido vários
328 processos de compensação florestal minerária que se referem a doação de áreas
329 em unidades de conservação federais, principalmente no Parna Gandarela. Mas não
330 só nos federais, como nos estaduais, é solicitado ao empreendedor que apresente
331 uma declaração do gestor ou do gerente da unidade de conservação informando
332 que aquela área se encontra dentro da unidade de conservação. E, posteriormente,
333 na assinatura do termo de compromisso, é solicitado também que o gestor assine
334 como interveniente. Então, ele tem conhecimento da solicitação do empreendimento
335 e entra no termo até para acompanhar isso, até para não ter essa dificuldade ou
336 essa surpresa no momento da implementação da compensação ambiental, no caso,
337 a compensação florestal minerária. Então esclarecer isso, o gestor da unidade está
338 sabendo da proposta e acompanhando como partícipe, como interveniente da

339 implementação do termo.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “O Leonardo é
340 nosso coordenador do Núcleo de Biodiversidade da Regional Metropolitana,
341 responsável por este processo. O senhor conselheiro está satisfeito?” Conselheiro
342 Leandro Eustáquio: “Sim. Embora ciente da proposta de doação, esse processo fica
343 travado por essa suposta revisão de norma por parte do ICMBio. Dá ciência, mas
344 não dá andamento.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Conselheiro, jamais
345 o empreendimento vai ser autuado por algo que não está na alçada dele. Isso não
346 aconteceria também. Colocando tudo que o Leonardo disse e trazendo também o
347 conforto de todos que assinam o termo.” Conselheiro Junio Augusto dos Santos
348 Silva: “Eu acho que seria interessante, considerando nossa responsabilidade aqui,
349 que chamássemos o ICMBio a se manifestar em relação a isso. Eu acho que é o
350 mais prudente, até para termos uma ideia se está havendo a mudança e o que a
351 instituição entende em relação a essas compensações feitas dentro de unidade de
352 conservação que estão sob a gestão do órgão federal. Eu acho mais prudente, até
353 para ficarmos tranquilos nas decisões que temos que tomar.” Conselheiro Leandro
354 Eustáquio: “Eu acho uma sugestão. Eu tenho notícia de que a última que teria sido
355 homologada foi da Arena MRV, estádio do Atlético, e depois disso nenhuma mais,
356 por essa suposta revisão, foi adiante.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard:
357 “Nós temos no parecer uma manifestação do ICMBio em relação ao processo. Como
358 o Leonardo colocou, o órgão gestor da unidade sempre se manifesta. Então já houve
359 essa manifestação no processo. Eu entendo que nós podemos prosseguir, e nada
360 impede também, algum problema depois, de a própria empresa fazer o alerta para
361 de repente termos alguma alteração, sobrestamento, algo do gênero.” Conselheiro
362 Leandro Eustáquio: “Como o senhor bem disse, não pode o empreendedor, por um
363 motivo que não é dele, ser autuado. Não faz sentido nenhum, até porque ao meio
364 ambiente, que é o que importa, não haverá nenhum prejuízo. Ele não vai começar
365 o empreendimento, não vai começar a supressão, a Daia não vai ser emitida. Então
366 eu acredito que a fala do senhor deixa todos confortáveis. Primeiro, o
367 empreendedor, que não vai ser autuado. E segundo que não haverá nenhum
368 prejuízo ao meio ambiente, e é o que mais importa.” **7) PROCESSO**
369 **ADMINISTRATIVO PARA CRIAÇÃO DE RESERVA PARTICULAR DO**
370 **PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) PARA ANÁLISE, DISCUSSÃO E**
371 **DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 13, INCISO IX DO DECRETO**
372 **ESTADUAL Nº 46.953/2016. 7.1) RPPN São Pedro do Campo Belo. Proprietário:**
373 **Maximiano José Lamas Dias. Área Proposta: 4,9708 ha. Rio Novo/MG. SEI**
374 **2100.01.0061248/2020-72. Apresentação GCMUC/IEF.** Aprovada por
375 unanimidade a criação da RPPN nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis:
376 Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e
377 Uemg. Destaque realizado antes da votação do processo. Conselheiro Leandro
378 Eustáquio: “O meu destaque primeiro porque toda pessoa que quer instituir uma
379 RPPN tem que ganhar um adesivo, um boton, um título, um prêmio, como esse
380 ‘Natureza Gerais’, precisa ser incentivado. Porque está fazendo a renúncia à
381 exploração da propriedade por completo. Embora a instituição de RPPN seja

382 voluntária, nós sabemos que muitas instituições de RPPN às vezes vêm de
383 condenações em ação judicial. Mas, enfim, para o que interessa, no parecer, fala
384 qual seria a área de 4,9 hectares, que é uma área importante, que tem boa cobertura
385 vegetal. Mas a minha ressalva é o seguinte. Eu não vi nenhuma menção em relação
386 a reserva legal. Como eu disse que quem institui uma RPPN precisa ser premiado,
387 eu falo aqui, em específico, na possibilidade da emissão de Cota de Reserva
388 Ambiental. Porque tem uma ressalva no Código Florestal, e eu procurei na nossa
389 legislação mineira e não encontrei a repetição dessa ressalva. Mas o Código
390 Florestal Federal, a Lei 12.651/2012, diz que a CRA, a Cota de Reserva Ambiental,
391 não pode ser emitida com base em vegetação nativa localizada em área de RPPN
392 instituída em sobreposição a área de reserva legal do imóvel. Como eu disse na
393 minha referência sobre reserva legal, se a pretensão da instituição dessa RPPN é
394 liberdade do proprietário, nada que eu vou falar aqui muda essa possibilidade, é a
395 bel-prazer dele, mas para que ele não institua a RPPN em cima da reserva legal, se
396 ela existir. Se for feita a substituição desse jeito, ele perde a oportunidade da
397 inscrição de Cota de Reserva Ambiental e de ganhar dinheiro com isso. Ganhar
398 dinheiro, na melhor acepção da palavra, porque é totalmente lícito e legítimo. Então
399 eu justifico o meu destaque por esse motivo.” Presidente Antônio Augusto Melo
400 Malard: “Ok, conselheiro Leandro. O CRA, na verdade, não está em execução ainda.
401 Existem os regramentos, mas ainda não está em execução, o governo federal ainda
402 não disponibilizou todos os regramentos para a sua devida aplicação. Nós não
403 temos inscrito o proprietário da RPPN. Então eu acho que foi uma sugestão sua, um
404 alerta para ele.” Conselheiro Leandro Eustáquio: “Embora não tenha o regramento,
405 senhor presidente, se instituir em sobreposição a reserva legal, ele perde a
406 possibilidade. Ainda que não esteja regrada, o dia que ela vier a ser regrada, ele
407 não vai poder fazer mais. Então fica a sugestão. Eu chamei de destaque, mas a
408 pretensão é de fazer a sugestão.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “É algo
409 que vai além também da nossa equipe, é do proprietário. Aí eu não tenho outro
410 caminho, conselheiro, a não ser colocar em deliberação. Mas fica a sua reflexão
411 para outros casos, ressaltando sempre a importância e os benefícios da criação da
412 RPPN, algo que nós estimulamos muito. É sempre uma grande vitória quando temos
413 essas RPPNs instituídas, porque elas aumentam a nossa área protegida, área de
414 conservação, algo sempre nobre, independente de como ela se dá, seja de forma
415 voluntária, seja por meio de algum acordo com o órgão ambiental ou outros órgãos
416 de controle. Sempre é uma grande satisfação trazer essas RPPNs e motivo de muito
417 orgulho tê-las aprovadas aqui. Por esse motivo também, eu coloco em deliberação,
418 mas agradecemos os seus comentários, conselheiro.” **8) PLANO DE TRABALHO
419 PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA
420 ANÁLISE E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XIII DO ARTIGO 13 DO
421 DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 8.1 Plano de trabalho para contratação
422 de horas voo de aviões, sob demanda, para combates a incêndios florestais-
423 CIF e apoio operacional. Apresentação: DIUC/Previncêndio.** Plano de Trabalho
424 aprovado por unanimidade nos termos apresentados pelo IEF. Votos favoráveis:

425 Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e
426 Uemg. **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
427 presidente Antônio Augusto Melo Malard agradeceu a presença de todos e declarou
428 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

429
430 **APROVAÇÃO DA ATA**

431
432
433 **Antônio Augusto Melo Malard**
434 **Presidente da Câmara de Proteção**
435 **à Biodiversidade e de Áreas Protegidas**